

As relações com os Estados Unidos

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: José Gregório Faria

Ao percorrer a nossa História, pode concluir-se, sem margem para grande controvérsia, que Portugal, desde cedo, sedimentou a ideia de que a salvaguarda dos seus interesses como Estado aconselhava uma ligação forte à potência marítima dominante. Assim aconteceu, de facto, por intermédio da aliança com a Inglaterra, até ao final da Segunda Guerra Mundial.

O império britânico começou, entretanto, a desmoronar-se, o seu poderio marítimo enfraqueceu e foram-se esbatendo as afinidades que antes tinham dado corpo à Aliança. Olhar para um acrescido relacionamento com os Estados Unidos, como nova alternativa, embora certamente em termos diferentes e muito mais matizados do que fora no passado a ligação à Inglaterra, poderia ter tentado a imaginação de alguns, já que o final da guerra – que viu o triunfo das democracias sobre as ditaduras – não afectou imediatamente o regime português. Além de convidado a aderir ao Tratado do Atlântico Norte, Portugal participou ainda no Plano Marshall e foi membro fundador da OECE e, mais tarde, da EFTA.

Os fortes sentimentos anti-colonialistas da nação americana, no entanto, a que se poderia juntar, da nossa parte, uma certa incompreensão quanto à forma como funcionam os mecanismos das estruturas políticas dos Estados Unidos, levaram a que não se verificasse o choque susceptível de alterar os comportamentos esperados como resultado da plena participação portuguesa na Aliança e, por essa via, também do relacionamento bilateral com a América do Norte.

Ficámo-nos por uma ambígua posição, na qual só o factor geo-estratégico funcionou, porque correspondia aos interesses norte-americanos usarem os Açores como stepping stone na prossecução dos seus objectivos. Foi uma tendência que perdurou, com o consequente atrofiamento das relações em outras áreas, certamente mais relevantes para os nossos interesses mais globais.

As facilidades nos Açores mantiveram-se, deste modo, no âmbito circunscrito de acordos bilaterais e, a partir de 1962, numa base puramente factual que durou até 1971.

Outras negociações foram iniciadas em 1973, interrompidas, porém, pelo 25 de Abril de 1974.

Viveu-se, então, um período complexo e, por vezes, com grande tensão, como, de resto, já no ano anterior sucedera com a passagem pelas Lages, durante a guerra do Yom Kipur. Durante os tempos tremidos da Revolução, muitos portugueses sentiram-se abandonados pelos norte-americanos. Estes, por outro lado, não disfarçavam a sua simpatia em relação a movimentos independentistas nos Açores.

Acresce que, aproveitando a falta de uma base legal, os responsáveis da Administração tinham deixado de cumprir a formalidade que os obrigava a pedir, caso a caso, a concordância portuguesa para transitar pelas Lages a caminho de destinos situados para além das fronteiras cobertas pelo Tratado, e que eram a maioria dos casos.

Foi a partir do não cumprimento da obrigação de pedir autorização para operações «fora da área» que, nos finais da década de 70, o governo português iniciou um processo de consultas sobre aquele problema, que rapidamente se alargou a outros temas.

O processo culminou com o Acordo de 1979, que regulamentou o uso das facilidades nos Açores até 1983. O Acordo desse mesmo ano, bem como o que se celebrou no ano seguinte, foram revistos em 1988.

Olhando retrospectivamente, fácil é concluir como é laborioso tentar estabelecer relações privilegiadas com uma grande potência. Geralmente, os interesses daquela levam-na a poder interessar-se por um ou outro país, numa ou noutra circunstância. Mas é ela que escolhe, não o inverso.

No caso português, creio que os Estados Unidos, salvaguardada a satisfação dos seus objectivos primordiais, estiveram também interessados em explorar a abertura portuguesa para fazer acrescidas contribuições, em troca de um contributo para ajudar a consolidar a personalidade internacional de Portugal e permitir-nos ganhar mais peso no relacionamento bilateral, recuperar a imagem de um país estável, com uma democracia consolidada, e respeitado pela sua acção diplomática equilibrada e dirigida para objectivos válidos.

É bom acrescentar que a abordagem seguida nas negociações com os Estados Unidos não colidia com as finalidades prosseguidas nas negociações que, paralelamente, e já há anos, decorriam com as Comunidades Europeias. Estas eram unanimemente vistas como a mais imperativa necessidade para alcançar a estabilização interna e dar resposta às expectativas de desenvolvimento económico e de melhoria da vida dos cidadãos.

As negociações com os Estados Unidos nunca foram consideradas como uma alternativa à chamada opção europeia, mas antes como uma dimensão acrescida, que poderia oferecer a possibilidade de uma maior valorização de Portugal, designadamente da sua situação geográfica, através de um papel mais activo no seio da Aliança e de uma divisão de trabalho mais harmoniosa com os nossos próximos vizinhos, que entretanto, estavam em vias de aceder ao Tratado do Atlântico Norte.

Em conclusão, não se via que existisse qualquer incompatibilidade irrecuperável, impeditiva de um sólido relacionamento com os Estados Unidos, até porque a presença americana na Europa continuava, e continua, subjacente ao relacionamento com qualquer país europeu, esteja ele fora ou dentro do círculo comunitário.

De qualquer modo, os resultados a que se chegou ficaram uma vez mais circunscritos às facilidades nos Açores e às compensações que neste contexto a parte americana pôs à disposição de Portugal.

Na verdade, o tal impacto nas estruturas do país, que inicialmente se poderia ter produzido como resultado da ligação à Aliança Atlântica, só veio a dar-se mais tarde com a entrada para as Comunidades Europeias, em 1986. E foi a partir da articulação com este novo contexto que, em larga medida, o relacionamento de Portugal com os Estados Unidos tendeu desde então a ser equacionado.